

Lei Ordinária nº 969/1994

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1995.

O Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a presente Lei:

Publicada em 14 de dezembro de 1994

I - Do Orçamento Anual

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1995, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta.

[] - Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 2º O conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 7.786.230,00 (sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta reais).

Art. 3º A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

			R\$ 1,00
	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	2.276.400	-	2.276.400
Receita Tributária	312.300	-	312.300
Receita Patrimonial	2.100	-	2.100

Transferências Correntes	1.931.000	-	1.931.000
Outras Receitas Correntes	30.900	-	30.900
RECEITAS DE CAPITAL 5.509.830 -			5.509.830
Alienação e Bens	600	-	600
Transferência de Capital	5.508.930	-	5.508.930
Outras Receitas de Capital	300	-	300
RECEITA TOTAL	7.786.230	_	7.786.230

Art. 4º A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o orçamento fiscal em R\$ 7.501.850,00 (sete milhões, quinhentos e um mil, oitocentos e cinqüenta reais), e o orçamento da seguridade social em R\$ 284.380,00 (duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais).

Art. 5° A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

R\$11,10011

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
receitas correntes	1.376.670	237.370	1.614.040
Despesas de Capital	5.999.180	47.010	6.046.190
Reserva de Contingênci	a 126.000	-	126.000
TOTAL	7.501.850	284.380	7.786.230

DESPESA POR ÓRGÃO

R\$ 1,00

FISCAL SEGURIDADE TOTAL

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal	169.940	60	170.000		
PODER EXECUTIVO					
Gabinete do Prefeito	76.270	-	76.270		
Secretaria de Administração					
e fazenda	452.980	38.900	491.880		
Supervisão Distrital	8.810	-	8.810		
Secretaria de Educação,□					
Cultura e Esportes	671.020	26.500	697.520		
Secretaria de Viação, Obras					
e Serviços Públicos	5.987.330	-	5.987.330		
Secretaria de Promoção Social					
e Saúde	9.500	218.920	228.420		
SUB-TOTAL	7.375.850	284.380	7.660.230		
Reserva de Contingência	126.000	-	126.000		
TOTAL	7.501.850	284.380	7.786.230		

[]I - Disposições Gerais

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite fixado na Constituição Federal e Legislação Complementar.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 1995, a abrir créditos suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a IV, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1994.

Art. 8º Para atualização dos orçamentos dos Poderes Municipais, fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da receita e excluídos do limite de que trata o artigo anterior.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município na Operação de Créditos, nos financiamentos e nas alienações, ficando legislativamente autorizado a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de contratos, convênios, alienações e outros atos da competência do Executivo.

Art. 10° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeito de Camapuã, 14 de dezembro de 1994

Engº Hugo José Bomfim

Prefeito Municipal